

AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA DIPLOMACIA PÚBLICA

PAULA GEORDANA HAHN¹; FERNANDA DE MOURA FERNANDES²

¹ Universidade Federal de Pelotas – paula.hahn@ufpel.edu.br

² Universidade Federal de Pelotas – fernandes.fernanda@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A diplomacia pública refere-se de modo geral à interação entre o governo e os públicos doméstico e estrangeiro nos assuntos de política externa (CULL, 2022; VILLANOVA, 2017). Embora consolidada como ferramenta de promoção dos objetivos de política externa e de projeção internacional dos países, sua compreensão apresenta nuances teóricas e práticas complexas, variando conforme o contexto e os objetivos externos de cada Estado. Nesse sentido, é válido apontar que a relevância da diplomacia pública tem crescido no campo das Relações Internacionais, especialmente no contexto da era digital, da crescente interdependência global e da percepção da política externa como uma política pública (MILANI; PINHEIRO; 2013).

Por conseguinte, a presente pesquisa fundamenta-se no seguinte problema: A partir dos anos 2000, qual é a relevância atribuída à diplomacia pública no debate teórico acerca da formulação da política externa no campo de conhecimento das Relações Internacionais e áreas afins? Parte-se da hipótese de que a evolução dos marcos teóricos e conceituais acerca da diplomacia pública tem ampliado sua importância na análise das relações entre governos e diferentes públicos, ao mesmo tempo em que fortalece sua utilização como instrumento de *soft power* e de transparência na era digital.

Objetiva-se, portanto, analisar as principais contribuições teóricas sobre a diplomacia pública e suas múltiplas dimensões na política externa dos países, com base nas discussões de Cull (2010; 2008), Nye (2008; 2004), Melissen (2005) e Gilboa (2001), os quais discutem sua origem, conceito e instrumentalização.

2. METODOLOGIA

A pesquisa é desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, com finalidade descritiva e analítica. Para analisar a produção teórica acerca da diplomacia pública, utilizou-se da técnica de pesquisa de revisão bibliográfica de fontes secundárias, como livros e artigos disponíveis em bases de dados acadêmicas digitais, como o SciELO e o Portal de Periódicos da Capes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A diplomacia pública pode ser compreendida como o conjunto de estratégias adotadas pelos Estados para se comunicar diretamente com públicos estrangeiros e domésticos, visando influenciar percepções, construir reputações, socializar informações e legitimar objetivos de política externa. Sua definição conceitual, no entanto, passou por consideráveis mutações ao longo do tempo (VILLANOVA, 2017).

Inicialmente, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e sob a influência dos Quatorze Pontos de Woodrow Wilson, o termo surgiu como contraponto e oposição à diplomacia secreta, defendendo maior transparência

nas relações diplomáticas entre governos. Já nas décadas de 1940 e 1950, durante a Guerra Fria (1947-1989), passou a ser utilizada como sinônimo de propaganda estatal, sobretudo no contexto de disputa política e ideológica entre Estados Unidos e União Soviética, funcionando como instrumento à serviço da promoção dos objetivos de política externa das superpotências (VILLANOVA, 2017).

A partir da década de 1990, com a intensificação da globalização e o avanço das tecnologias da informação, a diplomacia pública ganhou novo fôlego, sendo progressivamente vinculada à construção da imagem internacional dos países e da pluralidade de atores na formulação da política externa. Na década de 2000, surgiu a noção de Nova Diplomacia Pública (MELISSEN, 2005), marcada pela participação de múltiplos atores como organizações não governamentais (ONGs), setor privado e indivíduos como atores relevantes no processo decisório de política externa, bem como pelo uso da comunicação digital como ferramenta estratégica na projeção internacional dos Estados. Nessa fase, os estudos acerca da diplomacia pública avançaram também para seu entendimento como instrumento de *soft power* pelos governos, tendo em vista sua capacidade de influenciar a opinião pública e projetar a imagem dos países no exterior (NYE, 2008; 2004).

Cull (2010; 2008) avançou na compreensão da diplomacia pública a partir de uma abordagem operacional e sistemática, classificando suas práticas em seis categorias: escuta, *advocacy*, diplomacia cultural, intercâmbio e difusão internacional. De modo amplo, a escuta refere-se à coleta e análise da opinião dos públicos. *Advocacy* relaciona-se com a promoção dos objetivos de política externa dos Estados para públicos estrangeiros. Diplomacia cultural, diplomacia de intercâmbio e difusão internacional referem-se, respectivamente, à gerência do ambiente internacional por meio da promoção de aspectos e valores culturais, incentivo de intercâmbio e profusão nos meios de comunicação.

Nye (2008; 2004) no que lhe concerne, analisou a diplomacia pública como um instrumento de *soft power*, enfatizando que a capacidade de um país influenciar outros depende de sua habilidade de atrair, em vez de coagir. A diplomacia pública, nesse sentido, é vista como mecanismo chave na construção de uma imagem internacional positiva e na legitimação de interesses estratégicos junto à opinião pública, visando o poder de influência, sem, no entanto, confundir-se com mera propaganda.

Melissen (2005), por sua vez, destaca o rompimento com a ideia de que apenas agentes estatais conduzem a política externa, argumentando que a *Nova Diplomacia Pública* depende da interação entre atores estatais e não estatais, sobretudo em ambientes digitais e em regimes democráticos.

Por fim, Gilboa (2001) contribui ao propor uma análise que relaciona a diplomacia e a mídia contemporânea, destacando a mídia - convencional ou digital - como um ator relevante nas relações internacionais. Com efeito, destaca que na atualidade existem três modelos conceituais capazes de traduzir o fenômeno midiático-diplomático. O primeiro deles, tema caro a esta pesquisa, evidencia a diplomacia pública como um instrumento de comunicação direta com povos estrangeiros, visando influenciar o pensamento deles e, em última instância, o de seus governos, através de mídia de transmissão internacional e canais culturais e científicos, com objetivo de criar uma imagem favorável para as políticas, ações e sistemas político-econômicos de um país no exterior. Paralelamente, Gilboa (2001) propõe o modelo de diplomacia midiática, circunscrita à utilização da mídia digital para construir confiança e apoiar posições

governamentais em negociações internacionais. Por fim, avançou também no conceito de Diplomacia de “Mediador-Jornalista”, referente ao contexto contemporâneo em que jornalistas assumem o papel de diplomatas e atuam como mediadores em negociações.

Quadro 1. Síntese das abordagens teóricas acerca da diplomacia pública (DP)

Autor	Principais contribuições	Enfoque
Cull (2010; 2008)	Apresenta tipologia das práticas de DP: escuta, <i>advocacy</i> , diplomacia cultural, diplomacia de intercâmbio e difusão internacional	Classificação estrutural e prática da DP
Nye (2008; 2004)	Enfatiza o papel da DP como instrumento de soft power, focando na busca por legitimidade	Poder de atração e projeção internacional
Melissen (2005)	Propõe o conceito de <i>Nova Diplomacia Pública</i> e destaca a inclusão de múltiplos atores na formulação da política externa	Era digital como motor das transformações contemporâneas da DP
Gilboa (2001)	Expõem como a mídia influencia a política externa, relacionada à diplomacia midiática e a diplomacia de mediador-jornalista	Relação entre mídia e diplomacia. Mídia como ator relevante nos assuntos internacionais

Fonte: Elaboração própria, 2025.

4. CONCLUSÕES

A evolução teórico-conceitual da diplomacia pública após os anos de 1990 ampliou sua importância analítica para além do âmbito estatal e consagrou a percepção de sua utilização como ferramenta de comunicação, interação e projeção internacional. À vista disso, especialmente sob as contribuições de Cull (2010; 2008), Nye (2008; 2004), Melissen (2005) e Gilboa (2001) é possível comprovar a relevância atribuída à temática no debate teórico.

A partir da sistematização e análise das contribuições teóricas de referência acerca do conceito de diplomacia pública, observou-se sua natureza interdisciplinar tendo em vista sua crescente relevância na produção acadêmica contemporânea não somente na área de Relações Internacionais, mas também na Ciência Política e na Comunicação Social. Nesse sentido, faz-se necessário evidenciar que a evolução dos marcos teórico-conceituais a partir dos anos de 2000 ampliou o escopo analítico da diplomacia pública notoriamente no campo de conhecimento das Relações Internacionais, a partir das contribuições de autores

como Nye e Melissen. Essa ampliação, por sua vez, esteve diretamente relacionada à compreensão da participação e crescente importância de atores não estatais na formulação e implementação da política externa, compreendendo um processo dinâmico e sofisticado de transparência, comunicação com diferentes públicos e mecanismo de *soft power* dos governos na era digital.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CULL, N. J. Diplomacia pública: consideraciones teóricas. **Revista Mexicana de Política Exterior**, [S. l.], n. 85, p. 55–92, 2022. Disponível em: <https://revistadigital.sre.gob.mx/index.php/rmpe/article/view/690>. Acesso em: 24 jul. 2025.

_____. Public diplomacy: Seven lessons for its future from its past. **Place branding and public diplomacy**, v. 6, n. 1, p. 11-17, 2010.

_____. Public Diplomacy: Taxonomies and Histories. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 616, n. 1, p. 31-54, mar. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0002716207311952>. Acesso em: 24 jul. 2025.

GILBOA, E. Diplomacy in the media age: Three models of uses and effects. **Diplomacy & Statecraft**, v. 12, n. 2, p. 1-28, jun. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09592290108406201>. Acesso em: 24 jul. 2025.

MELISSEN, J. **New Public Diplomacy: Soft Power in International Relations**. [S. l.]: Palgrave Macmillan, 2005. ISBN 9781280632624.

MILANI, C. R. S; PINHEIRO, L. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto internacional**, v. 35, p. 11-41, 2013.

NYE JR, J S. Public diplomacy and soft power. **The annals of the American academy of political and social science**, v. 616, n. 1, p. 94-109, 2008.

NYE JR, J S. Soft Power: The means to success in world politics. **New York: Public Affairs**, p. 193, 2004.

VILLANOVA, C. L. D. **Diplomacia pública e imagem do Brasil no século XXI**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017. 357 p. ISBN 9788576316848.